

CONJECTURAS E DESAFIOS DE PESQUISA: Ocupação de terras em Uberlândia-MG (2011) no movimento de manifestação das necessidades.

Denise Nunes De Sordi¹

Grupo Temático: Globalização, Relações Políticas e Trabalhadores: Conjecturas e Processo Histórico.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar desdobramentos e perspectivas acerca de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Como ponto de partida à investigação tomamos a ocupação de terras realizada por movimentos sem-terra, associações de moradores e moradores de regiões próximas à Uberlândia no ano de 2011. Pretendemos discutir a busca na ocupação como umas das alternativas à efetivação da moradia (compreendendo-a no âmbito do atendimento às necessidades e direitos básicos de vivência) ou ainda da garantia de um espaço que a proporcione. Neste sentido, temos nos atentado a construções e questionamentos que possam organizar os desafios da pesquisa que articula o tempo vivido em um fluxo contínuo e simultâneo aos reflexos e manifestações das políticas de globalização e neoliberalização localizadas tanto no interior de movimentos quanto na articulação de seus interesses em conflito com outros que não lhes correspondem.

A problemática referente à pesquisa em desenvolvimento, inicialmente intitulada “Trajetórias e perspectivas sobre a ocupação de terras irregulares em Uberlândia no ano de 2011”, situa-se a partir do interesse em investigar a articulação e desenvolvimento das diversas manifestações de sujeitos articulados, ainda que de modo temporário, nas práticas de movimentos sociais com pautas baseadas em suas expectativas e interesses no processo de organização e luta pelo acesso à moradia e a terra como condição de inserção social e garantia de acesso a serviços e direitos básicos como, por exemplo, transporte, saneamento, educação, lazer e trabalho.

A pesquisa tem como ponto articulador a ocupação de terras desenvolvida na cidade de Uberlândia em maio de 2011, este foi selecionado devido a grande repercussão que provocou nas mídias oficiais instituídas da cidade e da região bem como nas alternativas produzidas por coletivos, organizações e movimentos sociais que a acompanharam e apoiaram. O processo de ocupação mobilizou diferentes segmentos da sociedade bem como os interesses dos envolvidos diretamente. Localizamos como os mais atuantes a Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista – ATRBV, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, o Escritório de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia / INHIS-UFU. E-mail: denisends@gmail.com.

Assessoria Jurídica Popular da Universidade Federal de Uberlândia, a Prefeitura de Uberlândia e os detentores da propriedade das terras ocupadas.

São muitas as questões e desafios que nos cercam neste momento inicial no sentido de organizar angústias, expectativas e receios em relação ao desenvolvimento da pesquisa, pautadas no sentimento de dever de investigação e contribuição na construção de uma historiografia social enquanto lugar onde diversas manifestações e sujeitos possam compô-la de modo legítimo, e que simultaneamente nos permita apontar o olhar contextual que temos objetivado construir tomando a ocupação não como ponto de partida, mas como um dos elementos que constroem essa investigação.

Neste “cesto” de primeiros elementos nos deparamos com a necessidade de localizar as motivações para as incontáveis ocupações, quantitativamente significativas ou não, que tem ocorrido na cidade e na região nos últimos anos e nos pareceu incorreto não tocar na questão da especulação imobiliária e nos processos de re-formulação dos espaços e da “aparência” da cidade.

Notamos vários aspectos que nos apontam que ambas as questões têm se constituído a partir de um esforço, por exemplo, da Prefeitura Municipal e de Associações de bairros em regularizar as muitas regiões irregulares em Uberlândia, a partir, por exemplo, de programas como o “Entre, a casa é minha” que tem por objetivo,

“[...] dar continuidade ao processo de legalização de áreas irregulares em Uberlândia. A Prefeitura já regularizou os bairros Assentamento da Paz, Uberlândia Viva e Zaire Rezende, que já possuem ruas com sistema de esgoto, água e luz elétrica.” (Site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, acesso em 24/08/2011.)

Porém, percebemos ao mesmo tempo que também as grandes construções, como viadutos, e o direcionamento de grandes áreas para a construção de condomínios residenciais, pólos comerciais e a destinação de áreas rurais próximas ao entorno da cidade as plantações das usinas sucroalcooleiras, tem influenciado na determinação das áreas interessantes ou não em ser regularizadas.

Neste sentido, conjecturamos, em diálogo com a produção de outros autores e áreas, sobre a influência prática da definição de áreas para moradia da população pobre, sendo estas, aparentemente, determinadas pela lógica imobiliária e não por suas necessidades, como proximidade ao local de trabalho, a hospitais, comércio e escolas, ou seja, que proporcionem materialmente maiores acesso a dignidade e a qualidade de vida.

“Por outro lado, o próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos (tais como declividade de um terreno ou qualidade de uma construção) e locacionais (acessibilidade a centros de serviços e negócios e/ou proximidade a áreas valorizadas da cidade). Como a valorização ou desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e privados naquele espaço, o investimento maciço, representado por grandes trabalhos de redemoração, alteram substancialmente o mercado imobiliário. Assim, as grandes obras públicas de redesenho da cidade funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário. No caso da reforma de

bairros antigos, trata-se da retomada de um espaço que, do ponto de vista do capital imobiliário, tem um potencial para gerar uma renda maior que a auferida no mercado. Trata-se portanto de uma atualização da renda fundiária” (ROLNIK,1994, p.63)

Frente a evidências de pesquisa, especificamente do jornal Correio de Uberlândia notamos a insatisfação de pessoas que aguardam ações efetivas da Prefeitura de Uberlândia na própria cidade ou em seu entorno, nos distritos. Chamou-nos a atenção série publicada no jornal em abril de 2011 sobre habitação que expõe conflitos entre os objetivos de programas como “Minha Casa, Minha Vida” e “Tchau Aluguel” e sua prática que choca-se com o processo, aparentemente, de “engorda imobiliária” dos terrenos vagos,

“[...] Todos moram no mesmo terreno. Não tem lote para financiar, mas tem lote vago e cheio de mato”, disse o lavrador. “Minha filha de 23 anos já casou, tem uma criança de 2 anos e o terreno não sai. Construí uma casinha no fundo do lote”, afirmou o aposentado Antônio de Paula.” (Jornal Correio de Uberlândia, 10/04/2011, p. A4)

São vários os caminhos que se apresentam possíveis para explorarmos a questão do acesso à moradia tanto em áreas rurais e urbanas. Diversas questões se misturam aos questionamentos iniciais e se conectam em menores ou maiores proporções com um movimento de intensa efetivação global de certa “capitalização neoliberal” dos meios materiais necessários à sobrevivência do ser humano.

No entanto, para além das tentativas de canalização de questões que circulam em um plano um tanto abstrato ao trabalharmos com termos generalizantes e vagos, como a questão “do acesso a moradia”, “da economia”, de “programas sociais”, “movimentos sociais”, dentre outros, consideramos primordial explorar com a prática da pesquisa os significados e identidades a partir das quais estes sujeitos se moldam, percebidos e manifestados a partir de seus interesses e identificações coletivas de questões que permeiam seus viveres e os modos de sua elaboração no social.

A partir do diálogo com autores como E.P. Thompson, James C. Scott, Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow temos procurado reavaliar e re-questionar o modo de desenvolvimento de nossas práticas e elaborações para a pesquisa ao lidarmos com as evidências, a partir da lógica histórica (num diálogo entre conceito e evidência), absolutamente não no sentido de pré-defini-las, mas sim de tornar o caminho percorrido a elas mais qualitativo, crítico e efetivo.

Num primeiro momento temos nos proposto a “revisitar”, em um diálogo com os autores supracitados, as elaborações e noções acerca dos movimentos sociais, ou como temos, ocasionalmente, preferido tratar “movimentos organizados”.

Para isso, partimos de questionamentos que temos feito à nossas evidências iniciais de pesquisa, com o objetivo de investigar; quais são os valores que as linguagens utilizadas nos apresentam? Como estes são constituídos? Como estes sujeitos manifestam a partir desta linguagem social suas experiências articuladas a partir de suas consciências e ações? Qual o nível de identidade e significados que são trabalhados coletivamente quando ocorrem estas manifestações? Qual o nível de identidade no interior dos movimentos?

Da noção de “movimentos sociais” ou “movimentos de classe” temos nos norteado pelas significativas contribuições de E.P. Thompson acerca das noções de “classe” não enquanto termo abstrato, mas sim

“[...] uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc.”. (THOMPSON, 2001, p.270)

Outras ocupações, movimentos e variadas formas de resistência vão surgindo ao longo deste processo de pesquisa que se inicia e como dimensionar isso no tempo vivido já que estas, em um contexto histórico geral influenciam as práticas de resistências e as interpretações desta pesquisa?

O processo de ocupação de terras urbanas e rurais desenvolvido em Uberlândia no ano de 2011 foi o ponto articulador para esta pesquisa. Dizemos “foi”, não em um sentido de descarte, mas sim de que estamos cientes de que a pesquisa nos apontará diversos caminhos e produziremos outras perspectivas. Este ponto articulador foi realocado, ao menos neste momento inicial, da posição de central para o lado de várias outras manifestações que ocorreram neste intervalo de tempo historicamente tão breve, que foi do mês de maio de 2011 até o presente momento. Citamos como exemplo a ocupação de casas no bairro Shopping Park e as ocupações urbanas e rurais no bairro Glória, além da ocupação, ponto articulador desta pesquisa, que continua fragmentada na região de origem e em outras áreas da cidade.

Optamos por, inicialmente, debatermos os diferentes contextos históricos, regionais e nacionais, pois evidentemente os movimentos organizados a partir destes contextos, particulares ou comuns, tem nos apontado reconfigurações das formas de luta e enfrentamento das relações capitalistas a partir de sua lógica vigente. Esta metodologia vai de encontro ao nosso objetivo de investigação que se constitui, em diálogo com James C. Scott, das “*formas cotidianas de resistência*” para o autor “*buscar esta forma de resistência [...]*” é importante “[...] para compor o antes e o depois do momento” (SCOTT, 2011, p.9).

Optamos pelo ponto articulador da ocupação para investigar as alterações e tendências destes movimentos ao longo do tempo, de modo que as formas cotidianas de resistência evidenciam as mudanças e as permanências históricas dos conflitos sociais.

Para isso temos percorrido alguns caminhos metodológicos como a investigação nos jornais impressos de Uberlândia da década de 70 a 2011, fotos, periódicos de circulação nacional e regional e produções das áreas de Direito, Urbanismo, Geografia e Ciência Política relacionados ao tema. A historiografia referente à formação do território brasileiro também nos tem amparado.

A composição de narrativas a partir da pesquisa com fontes orais, articulada com as fontes supracitadas irão compor elemento essencial das evidências, pois, compreendemos que o trabalho com história oral contribui excepcionalmente para a pesquisa histórica no sentido de evidenciar as experiências de trabalho, moradia,

alimentação, transporte e saúde que misturam-se no dia a dia da população considerada a margem de um processo de institucionalização de determinadas áreas, regiões ou bairros da cidade e à mercê da especulação imobiliária e outros interesses que os moldam. No entanto, estas experiências possuem, obviamente, valor humano e de construção do social.

Desta forma, compreendemos que a busca por estes viveres não se resumem, ainda na trilha de Scott, há nos confinarmos a uma análise comportamental e sim na compreensão das relações de força entre diferentes grupos que possuem interesses e ideias de “fazer” a sociedade conflitantes.

Em diálogo com James C. Scott compreendemos que,

“Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e de jure, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de fato imediatos.” (SCOTT, 2011, p. 6)

Ao nos voltarmos para os sujeitos da pesquisa, como centrais desta, acreditamos tornar mais claras as relações de conflitos e convergências dos sujeitos que compõem os movimentos organizados. Investigando este processo histórico de forma mais coerente com a realidade e permitindo que esta seja articulada com sua experiência, ou seja, sem desconsiderarmos as subjetividades que permeiam as relações do vivido, que é onde a sociedade se constrói e desconstrói em um movimento de disputa pela memória e conquista de um espaço que deve ser, por essência, democrático.

Neste sentido, como reflexão inicial, a noção de “ação coletiva” trabalhada por Charles Tilly em seu artigo “*Acción Coletiva*” ao tratar de conflitos na Europa, com as ressalvas feitas das particularidades do contexto, nos auxilia a determinar estas formas ou modos de resistência, e principalmente como se formam e por quais objetivos, principalmente ao considerar que “[...] *la acción colectiva cae dentro de repertorios bien definidos y limitados que son particulares a diversos actores, objetos de acción, tiempos, lugares y circunstancias estratégicas.*” (TILLY, p. 14)

O centro catalisador é a “conquista pela moradia” ou a “subversão da ordem imposta na expectativa de uma sociedade melhor para todos?”. Partimos da idéia de que os sujeitos presentes nas ocupações não se tornaram agentes políticos ativos naquele momento, seus discursos, linguagens e ações fundamentam-se em suas experiências cotidianas, em seus viveres. Sua atuação pode ser tanto individualizada, ainda que em um espaço coletivo, porém, pautada em interesses isolados, como também pode manifestar-se com intenções compartilhadas ou comuns de diferentes meios de cooperação com o todo.

Deste ponto também embasamos nosso interesse em compreender a luta e a história social como um processo histórico realizado a partir de resistências,

“Los historiadores sociales y los científicos sociales generalmente reservan el término “acción coletiva” para episodios que comprometen a participantes que no actúan juntos de modo rutinario y/o que emplean medios de acción distintos que adoptan para la interacción cotidiana. Em este

sentido acotado la acción colectiva se parece a lo que otros analistas llaman protesta, rebelión o disturbio. Difiere de otras acciones colectivas en que es discontinua y contenciosa: no está construída sobre rutinas diárias y tiene implicancias para los intereses de personas distintas Al grupo que actua así como para los propios intereses compartidos de los actores. Cuando estas implicancias son negativas podemos hablar de conflicto; cuando son positivas podemos hablar de cooperación. La definición aún más acotada de acción colectiva se refiere a una contención colectiva pero discontinua, ya relacionada com El conflicto, ya relacionada com la cooperación.” (TILLY, p. 10)

Neste sentido buscamos investigar as dinâmicas reivindicativas de representação pelos movimentos sociais, ou por movimentos organizados. Bem como a identificação, expectativas e objetivos que são uniformizados a partir do momento em que se coloca o evento do conflito direto, neste caso a ação física da ocupação.

No entanto, para além destes questionamentos que apenas nos auxiliam a localizar interesses, ainda na trilha de Tilly, um dos pontos de reflexão que adotamos, talvez o mais importante, não sabemos, diz respeito aos outros sentidos que são atribuídos pelos sujeitos sociais à luta e ao seu movimento de inscrição no social.

De modo que temos realizado um esforço neste primeiro momento de identificar as continuidades, ou não, nas práticas, motivações, expectativas e sonhos que movem os sujeitos sociais em questão.

E aí como todo processo de pesquisa, voltamos às questões iniciais, no entanto com outros instrumentos, e reavaliamos que tipo de valores suas ações constituem? O que pretendem, é algo além do imediato? Como os processos e práticas de Globalização e Neoliberalização têm influenciado ou influenciarão nas respostas que serão dadas a estes questionamentos?

O repertório atual que encontramos é o de avanço dos meios de produção globalizados e, portanto, sem pretender ser simplista, o avanço da desvalorização do humano e das limitações e reorganizações dos objetivos dos movimentos organizados e das práticas cotidianas de resistências...

No sentido de que observamos cada vez mais a individualização das necessidades a partir das dificuldades encontradas nos viveres do cotidiano. Ao mesmo tempo que a Globalização exige integração máxima, exige também a individualização extrema.

O que ficam são perguntas, problemáticas e diversas questões que se emaranham de modo completamente coerente com o “compartilhamento” global de identidades e ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAL MASO, Mansueto. *Movimentos sociais : a longa viagem para o mesmo lugar /* Mansueto Dal Maso. – Campinas, SP : [s.n.], 2004.

FENELON, Déa. *Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação.* In: Projeto História , São Paulo: PUC, (4), 1985, pp.21-37.

MARCOS, Igino. *Uberlândia de “costas” para a justiça. Breve história de parte das terras do setor leste de Uberlândia.* [S.I.] [S.N]

LASSANCE, Antonio. *Charles Tilly – Democracy.* In.: Cambridge University Press, 2007 (Resenhas) pp. 372-378.

MARICATO, Hermínia. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.* Brasília : Vozes, 2001.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Narrativas de empobrecimento e “inclusão social” na cidade (Uberlândia 1990-2004)* In: História e Perspectivas, nº 36/37 – jan./dez. 2007. Revista do Instituto de História, vinculada aos Cursos de Graduação e Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. pp. 35-80

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado : transformações contemporâneas do trabalho e da política /* Claus Offe ; tradução Wanda Caldeira Brant ; revisão da tradução Laura Teixeira Motta.

Os sentidos da democracia : políticas do dissenso e a hegemonia global / organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos de Direitos da Cidadania – NEDIC. – Petrópolis, RJ : Vozes ; Brasília : NEDIC, 1999.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os anos 90.* In.: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 33. Outubro, 1991.

Para mapear o confronto político. Doug McAdam, Sidney Tarrow, Charles Tilly. In.: Lua Nova, São Paulo, 76, 2009. pp. 11-48.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral Diferente.* In: Revista Projeto História, São Paulo, n.14, fev., 1997.

_____. *A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.* TEMPO, Revista do Departamento de História da UFF. Cidade. P. 53-72.v.1,n.2. Dez. 1996

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal.* In.: Revista Brasileira de Ciência Política. Dossiê “Dominação e contra-poder”, nº5 – Brasília, janeiro/julho de 2011. pp. 1-25.

_____. *Detrás de la historia oficial.* In.: FRACTAL-Revista Trimestral.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação : a construção de novos valores /* João Carlos de Souza. – São Paulo : EDUC, 1995.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Edward P. Thompson; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção oficinas da história, v.1.)

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* / E.P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. – Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2001.

TILLY, Charles. *Acción colectiva*. In: Tema Central: Protesta Social. Traducción: Claudio C. Benzecry y Rodrigo Hobert. pp. 9-32.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Pesquisa e Movimentos Sociais*. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, nº101, p. 1395-1409. Set/dez 2007.

Jornal Correio de Uberlândia.

www.uberlandia.mg.gov